



Estado do Rio de Janeiro

Prefeitura Municipal de Macaé

Gabinete do Prefeito

LEI Nº 785/82

A CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ  
DELIBERA E EU SANCIONO A SE  
GUINTE LEI :

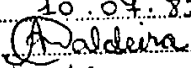
Art. 1º - O Parágrafo Único do Artigo 32, da Lei nº 667/78, de 18.12.78 " Estatuto do Magistério Público Municipal", passa a ter a seguinte redação :

" Parágrafo Único - As gratificações a que se refere o "caput" deste artigo serão objeto de regulamentação própria, através de lei especial, sendo vedada a concessão simultânea das gratificações previstas nos incisos III e IV."

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário .

GABINETE DO PREFEITO, em 26 de maio de 1982.

  
NACIF SALIM SELEM  
Prefeito

Registro No.	1340	Lv.	12
Publicação:	O Debate		
nº	341	fol.	12
Edição de	10.04.82		
 Servidor			



Estado do Rio de Janeiro

Prefeitura Municipal de Macaé

Secretaria de Administração

GABINETE DO PREFEITO

Art. 31 - Além dos direitos comuns aos funcionários do Poder Executivo Municipal, previstos no respectivo Estatuto, constituem direitos especiais do membro do magistério:

- I - ter possibilidade de aperfeiçoamento ou especialização profissional em órgãos oficiais ou reconhecidos;
  - II - exigir que não haja qualquer discriminação entre docentes em razão das atividades, áreas de estudo ou disciplinas que ministrem;
  - III - dispor, no ambiente de trabalho, de material didático suficiente e adequado para exercer com eficiência suas funções;
  - IV - escolher, respeitadas as diretrizes gerais das autoridades competentes, os métodos didáticos e aplicar e os processos de avaliação da aprendizagem, ressalvado o disposto no artigo 3º, inciso II "in fine", deste Estatuto;
  - V - participar no planejamento de programas e currículos, reuniões, conselhos ou comissões escolares;
  - VI - gozar obrigatoriamente de 45 (quarenta e cinco) dias / de férias por ano;
  - VII - concentrar num só local de exercício dois (2) cargos / de docente ou um de docente e outro de Orientador Educacional, exercidos em decorrência de acumulação considerada lícita;
  - VIII - requerer, em se tratando de ocupante de cargo de docente, função extraclasse após 25 (vinte e cinco) anos de docência.
- § 1º - Para frequentar cursos ou estágios de aperfeiçoamento ou especialização, o membro do magistério poderá ser liberado de suas atividades, por prazo nunca superior a 12 (doze) meses, dentro de critérios a serem estabelecidos pelo Secretário Municipal de Educação e Cultura, exigida sempre a expressa autorização do Prefeito.
- § 2º - As férias do membro do magistério serão assim distribuídas:

6



Estado do Rio de Janeiro

Prefeitura Municipal de Macaé

~~Secretaria de Administração~~

GABINETE DO PREFEITO

Art. 31 -

§ 2º -

- I - 30 (trinta) dias entre o término de um ano letivo e o início do ano letivo seguinte;
  - II - 15 (quinze) dias de acordo com a escala organizada pelo direito da unidade escolar ou pelo Chefe imediato a que o membro do magistério estiver subordinado.
- § 3º - Além dos fêrios legais, a que se refere este artigo, o membro do magistério poderá permanecer em recesso, a ser fixado entre os períodos letivos regulares, desde que não fiquem prejudicados os interesses da Administração e o cumprimento da legislação do ensino.
- § 4º - O recesso a que se refere o parágrafo anterior obedecerá, sempre, a um calendário aprovado pelo titular da / Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
- § 5º - Considera-se em recesso o membro do magistério que for dispensado de suas atribuições, podendo, entretanto, a qualquer momento, ser convocado pelo diretor da unidade escolar ou por seu chefe imediato, por necessidade de serviço.
- § 6º - O membro do magistério que se achar afastado de sua unidade escolar ou de seu local de serviço, com fundamento nos Incisos III e IV do artigo 33 deste Estatuto, fará jus a apenas 30 (trinta) dias de férias anuais.
- § 7º - Os benefícios a que se referem os incisos VII e VIII do "caput" deste artigo serão regulados em atos do Secretário Municipal de Educação e Cultura, ressalvados os interesses do ensino e da Administração.

Art. 32 - Além das vantagens pecuniárias comuns aos funcionários do Poder Executivo Municipal, previstas no respectivo Estatuto, inclusive a referente a adicionais por tempo de serviço, os membros do magistério terão direito a:

- I - gratificação por aulas extraordinárias;

6



Estado do Rio de Janeiro

Prefeitura Municipal de Macaé

x Secretaria de Administração x

GABINETE DO PREFEITO

Art. 32 -

- II - gratificação por serviços prestados em bancas ou comissões de exame, concursos ou provas, desde que fora do período normal de trabalho a que estiver sujeito;
- III - gratificação por regência ininterrupta de turma;
- IV - gratificação pelo exercício em turmas de alunos excepcionais;
- V - gratificação pelo exercício em escola de difícil acesso.

Parágrafo Único - As gratificações a que se refere o "caput" deste artigo serão objeto de regulamentação própria, através da lei especial, sendo vedada a concessão simultânea das gratificações previstas nos Incisos III, IV e V.

### CAPÍTULO III

#### Do Afastamento

Art. 33 - O membro do magistério só poderá afastar-se do seu local de exercício nos seguintes casos:

- I - para frequentar cursos ou estágios de aperfeiçoamento ou de especialização, nos termos do § 1º do artigo 31 deste Estatuto;
- II - para comparecer a congressos ou reuniões relacionadas com sua atividade, por período não superior a 30 (trinta) dias;
- III - para, em virtude de designação, ter exercício em órgão integrante ou vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
- IV - para ocupar cargo comissionado ou exercer função gratificada em qualquer órgão ou serviço da administração, direta ou indireta, do Município de Macaé;
- V - para ter exercício e/ou ocupar cargo comissionado ou exercer função gratificada em órgãos ou serviços públi

Q



Estado do Rio de Janeiro

Prefeitura Municipal de Macaé

Secretaria de Administração

GABINETE DO PREFEITO

Art. 33 -

- V - ou serviços públicos, na área da Educação, da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e de outros Municípios;
  - VI - para ter exercícios e/ou ocupar cargo comissionado ou exercer função gratificada em órgãos ou serviços públicos, estranhos à área da Educação, da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios ou de outros Municípios.
  - VII - para ter exercícios e/ou ocupar cargos comissionados ou exercer função gratificada em órgãos ou instituições / educacionais, de caráter assistencial, que mantenham / convênio com a Prefeitura de Macaé.
- § 1º - Os afastamentos dependerão de parecer do Secretário Municipal de Educação e Cultura e de ato do Prefeito, à exceção do previsto no Inciso III, que é de competência do mencionado Secretário.
- § 2º - Os afastamentos a que se referem os incisos I, II, V e VII se farão com ou sem ônus para o erário municipal, assegurados ou não direitos e vantagens, a critério do Prefeito.
- § 3º - O afastamento a que se refere o inciso VI se fará sempre sem ônus para o erário municipal, assegurada ao membro do magistério apenas a contagem de tempo de serviço, exclusivamente para fins de aposentadoria e disponibilidade,

#### TÍTULO IV

Da Administração da Unidade Escolar

#### CAPÍTULO ÚNICO

- Art. 34 - Toda unidade escolar mantida pela municipalidade, terá um Dirigente e, considerando-se a evolução do sistema / administrativo educacional, poderá ter:



Estado do Rio de Janeiro

Prefeitura Municipal de Macaé

~~Secretaria de Administração~~

GABINETE DO PREFEITO

Art. 34 -

- I - um Diretor;
- II - um Supervisor;
- III - um Secretário.

Parágrafo Único - poderá haver também:

- I - Auxiliares de Direção
- II - Auxiliares de Supervisão.

Art. 35 - As funções de Diretor, de Secretário o de Auxiliar de Direção constituirão, a critério do Prefeito, funções / gratificadas.

## SEÇÃO I

### Do Diretor

Art. 36 - Para o preenchimento da função de Diretor, ressalvado o caso de Diretor em exercício, amparado pelo artigo 84 da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, serão exigidos os seguintes requisitos:

- I - possuir o curso de formação de administrador de que trata a legislação vigente;
- II - ter exercido o magistério, com eficiência e probidade, durante, no mínimo, 6 (seis) anos, 4 (quatro) anos ou 2 (dois) anos, conforme se trate, respectivamente de Diretor de unidade escolar em que funcione curso de 2º grau, curso de 1º grau até a 8ª série ou curso de 1º grau até a 4ª série.



Estado do Rio de Janeiro

Prefeitura Municipal de Macaé

Secretaria de Administração

GABINETE DO PREFEITO

Art. 36 -

Parágrafo Único - Constatada a carência de profissionais legal - mente habilitados para o exercício das funções de dire - ção de unidades escolar, admitir-se-á que as respecti - vas funções sejam exercidas por professores habilita - dos para o mesmo grau escolar, com experiência de ma - gistério.

Art. 37 - Para a direção de escola maternal e jardim de infân - cia, assim como para a de estabelecimentos destinados à educação especial, exigir-se-á, além dos requisitos estabelecidos no artigo 36 deste Estatuto, o curso de especialização estabelecido pela autoridade competente.

Art. 38 - Ao Diretor da unidade escolar caberá indicar à autori - dade competente, dentre os seus subordinados, aquele / que o substituirá em suas faltas e impedimentos, o / qual, em havendo Auxiliares de Direção, será necessa - riamente um destes.



Estado do Rio de Janeiro

Prefeitura Municipal de Macaé

~~Secretaria da Administração~~

GABINETE DO PREFEITO

## SEÇÃO II

### Do Secretário

- Art. 39 - O Secretário, responsável por todas as atividades da Secretaria e outras que lhe forem atribuídas pela Direção, é co-responsável com o Diretor pelo funcionamento da unidade escolar.
- Art. 40 - Para o exercício da função de Secretário é condição indispensável ter registro profissional no órgão competente.

## SEÇÃO III

### Do Auxiliar de Direção

- Art. 41 - Nas unidades escolares poderá haver, a critério do Secretário Municipal de Educação e Cultura, Auxiliares de Direção, na proporção de 1 (um) para cada turno em que funcionar a escola.
- Art. 42 - Para Auxiliar de Direção exigir-se-ão, como requisito, 3 (três) anos de regência de classe em estabelecimento de ensino oficial ou reconhecido.

## SEÇÃO IV

### Dos Auxiliares de Supervisão

- Art. 43 - Nas unidades escolares, poderá haver, a critério do Diretor da Divisão de Educação, por proposta do Diretor / da escola, Auxiliares de Supervisão.
- § 1º - Só se admitirá a designação dos Auxiliares de Supervisão a que se refere o "caput" deste artigo quando, na unidade escolar, houver, em efetivo exercício de classe, no mínimo 10 turmas.
- § 2º - Os Auxiliares de Supervisão não farão jus a qualquer / gratificação, podendo, a critério do Diretor da Divisão de Educação, ser dispensados, total ou parcialmente, da

62





Estado do Rio de Janeiro

Prefeitura Municipal de Macaé

~~Secretaria de Administração~~

GABINETE DO PREFEITO

Art. 43 -

da regência de classe, obrigados, porém, em qualquer hipótese, ao cumprimento da carga horária a que estiverem sujeitos, nos termos do artigo 12 deste Estatuto.

## TÍTULO V

### Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 44 - Aplicam-se ao membro do magistério os dispositivos do Estatuto dos Funcionários do Poder Executivo do Município concernentes a :

- I - prazos de posse e exercício;
- II - exigência de estágio probatório;
- III - transferência, readaptação, readmissão, reintegração e reversão;
- IV - licença, com ou sem vencimentos;
- V - apuração de tempo de serviço;
- VI - acumulação de cargos;
- VII - estabilidade;
- VIII - disponibilidade e afastamento;
- IX - regime disciplinar;
- X - direito de petição;
- XI - inquérito administrativo e sua revisão;
- XII - aposentadoria.

Art. 45 - O Prefeito poderá conceder ajuda de custo ao membro do magistério que:

- I - por iniciativa própria, tenha obtido bolsa de estudo ou inscrição em cursos fora do Município, desde que se evidencie o propósito de aperfeiçoamento, especialização / ou atualização concernente à atividade profissional do interessado;
- II - participe de atividades em que se reconheça o interesse de especialização ou aperfeiçoamento, ou, ainda, atuali

69



Estado do Rio de Janeiro

Prefeitura Municipal de Macaé

~~Secretaria de Administração~~

GABINETE DO PREFEITO

Art. 45 -

ou, ainda, atualização, tais como viagens de estudos em grupos coletivos de docentes ou especialistas de educação, congressos, encontros, simpósios, convenções e similares.

Parágrafo Único - O Município manterá, em caráter permanente, na Lei do Orçamento de cada exercício, dotação destinada a garantir a consecução do objetivo proposto neste artigo.

Art. 46 - O Município facilitará o estímulo a publicações periódicas, à produção de livros, à pesquisa científica e produções similares, quando servirem ao interesse da educação e da cultura.

Art. 47 - Fica o Prefeito autorizado a instituir por meio de Decreto, quando julgar oportuno, o regime de tempo integral para os membros do magistério, atendidas as seguintes exigências mínimas:

- I - a designação para servir em tempo integral dependerá de iniciativa do interessado e de proposta do Diretor da unidade escolar a que estiver vinculado ou chefe imediato do órgão em que se achar em exercício atendida a conveniência do ensino, só será concedida com prévia autorização do Prefeito;
- II - o período mínimo de trabalho do membro do magistério em regime de tempo integral será sempre igual ao dobro da carga horária semanal relativa ao regime comum;
- III - em regime de tempo integral, o membro do magistério receberá gratificação de até 100% (cem por cento), calculada exclusivamente sobre seus vencimentos;
- IV - o membro do magistério em regime de tempo integral fica proibido de exercer, cumulativamente, outro cargo, função, profissão e emprego, público ou particular, salvo participação em órgão de deliberação coletiva relacionado com a educação e atividades culturais sem vínculo em precatório;

6.



Estado do Rio de Janeiro

Prefeitura Municipal de Macaé

~~Secretaria de Administração~~

GABINETE DO PREFEITO

Art. 47 -

V - o regime de tempo integral poderá cessar a pedido do membro do magistério formulado, em se tratando de docente, no período de férias, ou por iniciativa da Administração Municipal do Ensino, quando não mais se justificar a manutenção do regime.

Art. 48 - 15 de outubro, Dia do Professor, é feriado escolar.

Parágrafo Único - No dia letivo que anteceder ao Dia do Professor, parte do horário escolar será destinado a comemorações festivas, que visem a despertar no aluno sentimentos de apreço e gratidão ao mestre, pondo-se em relevo a importância da missão do educador e cultivando-se, outrossim, a memória de professores ilustres.

Art. 49 - Serão enquadrados na carreira do magistério, como Supervisores de Ensino, os atuais Técnicos de Educação.

§ 1º - Para fins de enquadramento no que se refere o "caput" deste artigo, respeitar-se-ão as habilitações específicas obtidas até a data da publicação desta lei, nos termos dos incisos III a IV do artigo 6º deste Estatuto.

§ 2º - Em havendo Técnicos de Educação sem as referidas habilitações, serão os mesmos enquadrados na classe "NE", se admitidos há menos de 5 (cinco) anos.

§ 3º - Os cargos dos atuais Técnicos de Educação serão extintos automaticamente ao término do enquadramento previsto neste artigo

Art. 50 - No prazo de até 90 (noventa) dias, contados da publicação deste Estatuto, o Prefeito encaminhará à Câmara Municipal, projeto de lei, no qual, com vistas a possibilitar o cumprimento do disposto neste diploma legal, será fixado o número de cargos de provimento efetivo da carreira do magistério, distribuídos por classes e categorias, nos termos dos incisos I a IV do artigo 6º deste Estatuto.



Estado do Rio de Janeiro

Prefeitura Municipal de Macaé

~~Secretaria de Administração~~

GABINETE DO PREFEITO

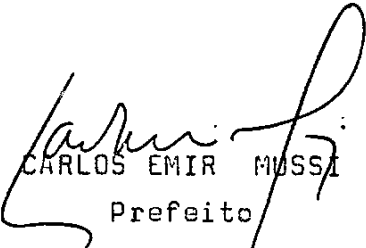
Parágrafo Único - A Secretaria Municipal de Educação e Cultura / promoverá no prazo de 60 (sessenta) dias, após a aprovação do disposto neste artigo, os enquadramentos previstos no artigo 49 do presente Estatuto.

Art. 51 - Até 90 (noventa) dias após a publicação do presente Estatuto, o Prefeito encaminhará a tabela de vencimentos dos funcionários do Magistério Municipal, para apreciação e votação pela Câmara Municipal.

Art. 52 - Caberá à Secretaria Municipal de Educação e Cultura a aplicação da presente lei.

Art. 53 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, / revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, em 18 de dezembro de 1978.

  
CARLOS EMIR MUSSI  
Prefeito